

**AValiação: PARA QUE TE QUERO?
UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR**

Aline Dias Nascimento – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(alined.nascimento@terra.com.br)

Rita de Cássia M. O. André – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(ritaoliveira.andre@gmail.com)

Resumo:

O presente artigo demonstra e discute a importância de avaliar a qualidade da educação ofertada aos bebês e crianças, em âmbito institucional participativo nas unidades de creche, atrelada a constatação de que a formação inicial do professor de educação infantil necessita ser ressignificada e construída a partir da compreensão das particularidades e especificidades desta faixa etária e da concepção de bebê e criança como sujeitos ativos, inventivos e inteligentes. Parâmetros necessários para que sejam rompidas posturas “higienistas” e “escolarizantes”. Busnel (1997) destaca que os pequenos sabem o que é bom para eles e que é importante conhecer seus desejos e respeitá-los. Neste sentido, as práticas pedagógicas devem ser sustentadas por uma visão de currículo construído com o bebê e com a criança e não para eles, onde a escuta e a leitura de seus gestos e olhares prevalecem ao que se pressupõe importante eles saberem. Com base, no princípio da participação, os dados demonstram que o uso do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016) contribui para o processo coletivo de discussão sobre a qualidade, mas enfatiza a importância da compreensão na aplicação da metodologia autoavaliativa. Lima (2011) define aspectos importantes e atribui a participação às atitudes demonstradas no grupo, que influenciam na participação dos sujeitos. A discussão demonstra que os resultados da autoavaliação são materiais interessantes para que as unidades se utilizem para sua própria gestão, propondo ações de mudança e na formação dos profissionais de todos os segmentos envolvidos. Portanto, conclui-se que o instrumento possui um papel importante para estimular a construção de uma qualidade negociada entre todos seus atores, além de implicar na presença atuante dos familiares na creche.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional, Indicadores de qualidade, Afetividade, Formação de Professores, Currículo.

Introdução

Na educação infantil algumas conquistas possibilitaram um crescente número de crianças frequentando as creches e pré-escolas, asseguradas pela Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996. Esses documentos ratificam a educação infantil como dever do Estado e como um direito social da criança.

Embora os avanços legais tenham integrado a creche no sistema educacional e reconhecido a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, os bebês e as crianças pequenas ainda são ‘invisíveis’ em muitas das propostas político-pedagógicas, nas políticas públicas e no currículo das Instituições que formam os profissionais que atuam com a primeira infância.

Contudo, o Ministério da Educação (MEC), desempenhou um papel importante promovendo discussões sobre a qualidade das condições das instituições de Educação Infantil e publicando documentos norteadores de práticas pedagógicas.

Estes documentos apontam para a superação de possíveis entraves que hábitos tradicionais e práticas arraigadas muitas vezes trazem para dentro das instituições escolares. Sendo assim,

“[...] a avaliação institucional pode ser um instrumento potente para reconstrução das práticas, resultantes do confronto e da negociação de posições, de interesses, de perspectivas; e, ainda, para o fortalecimento das relações internas”. (SÃO PAULO, 2014, p.26)

Ações concretas vêm se desenhando na busca incansável por ressignificar o olhar das unidades educacionais no destaque para a avaliação e o planejamento como parte das estratégias necessárias para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade. Assim como, ações compartilhadas com a família e a comunidade são parâmetros para uma qualidade nas relações no interior das instituições de educação infantil.

Em consonância a essas ações o artigo busca discutir como a experiência de autoavaliação possibilita a unidade um entendimento além do cuidar e educar bebês e crianças. Busca-se verificar como o processo de autoavaliação institucional participativa, contribui com o processo coletivo de discussão no âmbito da creche, fortalecendo a ideia de formação continuada no ambiente de atuação dos (as) profissionais que atendem os bebês e as crianças.

Nesse sentido, uma revisão de pesquisas (1996-2003) aponta para preocupações com a qualidade da educação infantil no Brasil, onde revelam problemas em aspectos importantes atrelados ao desenvolvimento integral das crianças em dimensões que abrangem, formação dos professores, as condições de infraestrutura,

práticas educativas, relação com as famílias e o ambiente formador: propostas pedagógicas e currículo.

Anna Bondioli (2004) menciona a qualidade educativa numa perspectiva abrangente, não só como oferta do serviço à família, mas no sentido público desta oferta, enquanto responsabilidade coletiva.

[...] refiro-me ao conjunto de aspectos próprios de uma creche que a qualificam como ambiente educativo, um ambiente particular que tem como objetivo a garantia de condições positivas de crescimento e de desenvolvimento para as crianças que nele são recebidas e que fornecem às famílias garantias justamente em relação a esse desenvolvimento (BONDIOLI, 2004, p.142).

Buscando compreender o que pais, professores, diretores, funcionários e crianças, concebem como uma educação de qualidade para as crianças pequenas, um estudo¹ procurou captar as vozes desses sujeitos, e mostrou que os critérios de qualidade não são iguais para todas as pessoas, e como os diferentes segmentos elegem critérios distintos para defini-las.

Considerando a especificidade da educação infantil à luz das experiências realizadas por Bondioli e colaboradores, têm se destacado ao abordar a participação como elemento constitutivo da qualidade, que utilizam metodologias participativas na avaliação da qualidade de centros de educação públicos. Esses estudos ocorrem de forma colaborativa entre as equipes que trabalham nas unidades e na gestão dessas redes e pesquisadores da universidade.

Perseguir a qualidade implica uma forma de negociação entre atores sociais, com vistas a um acordo que resulte em um trabalho produtivo [...] Não há, portanto, qualidade sem participação. [...] Definir e produzir qualidade são uma tarefa política, um trabalho democrático. (Bondioli, 2004, p. 14-15)

¹ Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil (2011), desenvolvida em quatro estados com apoio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Movimento Interfóruns de Educação Infantil (MIEIB) e da Fundação Carlos Chagas.

Estes estudos confirmam sua importância como subsídios investigativos para a aplicação dos processos avaliativos nos contextos brasileiros, no sentido sugerido de tornar a avaliação a serviço da participação, e “fazer” a qualidade avaliando de forma participativa.

Nesta discussão, e acreditando no processo que colabora para o fortalecimento da gestão democrática e promove ainda mais o diálogo entre a rede, que a experiência brasileira optou por uma autoavaliação institucional participativa com o uso do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil publicado pelo MEC (2009). Considerado como sendo um instrumento avaliativo potente no sentido de contribuir com as reflexões dos educadores e demais segmentos envolvidos com a educação de bebês e crianças pequenas.

Confirmada as contribuições do processo coletivo de discussões, com a experiência de utilização de indicadores para avaliar as condições do atendimento nas unidades diretas e conveniadas, um grupo da rede municipal de São Paulo engajados num projeto de avaliação no contexto das unidades da educação infantil, previu a elaboração de um documento próprio da rede paulistana a partir do documento publicado pelo MEC (2009).

O documento resultante – Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana² - apresentou nove dimensões de qualidade, duas a mais do que o documento nacional (MEC, 2009), sendo: Participação, escuta e autoria de bebês e crianças; Relações étnico-raciais e de gênero.

Neste artigo, busca-se em especial explicitar a importância da dimensão: Participação, escuta e autoria de bebês e crianças.

A abordagem dessa dimensão vem corroborar a formação dos profissionais que interagem com as crianças pequenas contribuindo em suas práticas, suscitando o diálogo, fortalecendo as ações baseadas em princípios como respeito, colaboração e confiança. A busca da disponibilidade intensional do professor garante a participação e

² As duas dimensões acrescidas ao documento resultou de um percurso de reflexões a partir dos documentos produzidos pela rede. No texto da versão final 2016, a ordem das dimensões foi modificada e o título definitivo adotado foi “Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana”.

a autoria infantil, proporcionada por um currículo que dê visibilidade as ações infantis, possibilitando uma avaliação construída com e para os bebês e as crianças pequenas.

Desta feita, há a necessidade de que durante o planejamento, o exercício de escuta venha à tona e seja eixo norteador das intenções declaradas pelos educadores da primeira infância. Assim, conforme Corsino (2009) “planejar inclui escutar a criança para poder desenhar uma ação que amplie as suas possibilidades de produzir significados”, e construindo a ação desta maneira, entendem-se as crianças como capazes de se tornarem protagonistas no projeto educacional.

(...) torna-se indispensável possibilitar aos bebês e às crianças pequenas que se expressem livremente, criem seus espaços, seus desenhos, suas fantasias, suas histórias, vivenciem o contato com elementos da natureza, que possam escolher seus parceiros e criar enredos para as suas brincadeiras, ou seja, torná-las visíveis em seu próprio contexto, por meio de currículo que garanta seus direitos, de modo que cada palavra esteja impregnada pela afetividade e a intencionalidade pedagógica pelo saber lúdico. (André, 2016, p.124)

Estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento dos bebês, o reconhecimento das competências e das necessidades básicas das crianças de 0 a 3 anos, vem ocorrendo durante décadas no Instituto Emmi Pikler, situado em Budapest, na Hungria. A Dra. Pikler defendia a segurança afetiva e uma motricidade livre como base do seu trabalho com os bebês, elaboradas a partir de três funções principais: o acolhimento e cuidados ao bebê, a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento do bebê concatenados com a função institucional e formação e supervisão permanente das educadoras que dos bebês se ocupam.

Na formação dos educadores, assim como na prática de atendimento aos bebês, são enfatizados aspectos necessários à “nutrição afetiva”, dentre os quais, a constância da educadora que ao atender o bebê deve conversar informando ou antecipando-lhe o que acontece ao seu redor, construindo possibilidades interativas, e usando a prosódia como estratégia comunicativa.

A qualidade é educação, dos grandes com os pequenos e dos grandes entre si. A aquisição da consciência, a troca de saberes, o confronto construtivo de pontos de vista, o hábito de pactuar e examinar a realidade, a capacidade de cooperar constituem, igualmente, aspectos da ‘transformação para melhor’. (Bondioli, 2004, p. 15)

A aplicação da autoavaliação remete todos os setores da unidade às reflexões de suas práticas, maneira esta, que ora a equipe gestora demonstra resistência por ser avaliada por outrem “desqualificado” das atribuições pedagógicas, ora suscita discussões e abre as sugestões para as mudanças.

Dito desta forma constata-se a importância do envolvimento da equipe gestora disseminando este tipo de proposta avaliativa, tão recente em nossas práticas brasileiras. Ainda que o documento proponha uma metodologia fundamentada na participação de todos os segmentos, no entanto, é a maneira de conduzir o processo que vem a ser decisiva para o resultado do processo participativo.

Metodologia

Considerando os princípios da participação preconizada pelo documento e o potencial formativo que se apresenta para as discussões sobre a qualidade com todos os professores e comunidade escolar, optou-se pela pesquisa qualitativa que norteia as observações realizadas nas creches, traçando aproximações com os sujeitos, tendo o ambiente como principal fonte de coleta dos dados, o que possibilita ao observador, segundo André (2013) a “apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (p. 31). A coleta dos dados resultou da participação dos sujeitos em entrevista, professores, equipe gestora e mães sobre as suas percepções relacionadas ao processo de discussão coletiva proposta na metodologia do documento. Para o estudo das observações, o registro e o material coletado de reuniões, são etapas importantes para a análise dos dados.

A participação vista como um princípio que sustenta o processo democrático proposto na metodologia do documento para avaliar os indicadores de qualidade coincide com o estudo de Licínio Lima (2011), que ao mesmo tempo em que propõe, distingue os tipos de participação em uma pesquisa.

Esta distinção auxilia as unidades a mapearem a participação dos sujeitos envolvidos, suas decisões e as deliberações resultantes do processo de avaliação. São elas: participação ativa, participação reservada e participação passiva.

Destacamos na aplicação da autoavaliação a participação nos estudos de Licínio Lima buscando relações com a dimensão que ilumina as discussões sobre –

Participação, escuta e autoria de bebês e crianças, onde concentra as preocupações com a formação dos professores, os dados das pesquisas sobre a realidade no cotidiano das instituições de educação infantil apontados inicialmente neste texto. Em outras palavras, a unidade pode se indagar quanto ao envolvimento dos sujeitos com o tema, deve estar atenta às decisões do grupo de professores na autoavaliação, na forma de conduzirem o processo de discussões, na escuta aos pais, e nos seus próprios saberes práticos estabelecendo um olhar investigativo às aprendizagens dos bebês e das crianças pequenas no cotidiano das unidades.

O presente artigo vem mostrar com essa experiência um retrato às inúmeras possibilidades de participação que um processo de avaliação em espaços coletivos pode revelar, no olhar de professores de bebês e crianças, pais e comunidade, o potencial formativo que a revela.

Busnel (1997) destaca que os bebês sabem o que é bom para eles e que é importante conhecer seus desejos e respeitá-los. “É preciso considerá-lo como um interlocutor que compreende e escuta. O bebê não é um adulto imaturo; é um bebê perfeito em seu próprio nível de desenvolvimento”. (BUSNEL, 1997, p.11).

Compreender as necessidades do bebê é o primeiro grande encontro no qual são estabelecidos diálogos entre ele com a mãe, sua família e educadores. É preciso que o respeito aos vínculos que essa criança estabelece em tenra idade seja mantido até que ela possa, por si só, indicar autonomia.

A infância tem sentido e significado nela mesma, não sendo um momento de preparação para outras etapas da vida, mas de vivência de desejos, necessidades, interrogações, alegrias, fantasias, angústias e medos próprios desta fase do desenvolvimento humano.

Estudos produzidos por diferentes áreas do conhecimento revelam a importância dessa fase da vida e, nesse contexto, o diálogo com a experiência desenvolvida pelo Instituto Emmi Pikler e com os princípios defendidos por Marie-Clarie Busnel e Françoise Morel se complementam e evocam a vislumbrar um bebê que se expressa e tem muito a nos dizer.

Neste sentido, a autoavaliação na unidade e com todos os segmentos envolvidos num único propósito, o bem-estar dos bebês e das crianças pequenas, mobilizá-os a querer saber de que forma a participação ativa do adulto contribui para

estimular a livre expressão, garantindo assim, que as vozes infantis prevaleçam nas decisões dos adultos.

Durante a aplicação da autoavaliação, a metodologia das cores (verde, amarelo e vermelho)³ oferece aos indicadores um parâmetro de como os participantes podem considerar cada pergunta refletindo no panorama de como vai o atendimento, mas também pode ocultar o retrato da unidade, e podem vir a não traduzir a realidade do cotidiano, “Quando se atribui a cor verde a situações que a plenária julgou amarela ou vermelha, sendo que a solução depende de demanda externa para a melhoria do indicador em discussão. Nesse aspecto o documento revelou a dificuldade dos participantes no processo coletivo de se colocarem corresponsáveis nas ações” (Nascimento,2016,p.128).

Em consonância a esta proposta, Anna Bondioli aponta para a necessidade de reconhecer que dissensos fazem parte da ideia de que qualidade tenha uma natureza negociável, significa não legitimar um ponto de vista em detrimento de outro, mas reconhecer a natureza valorativa da qualidade, considerando que para isso o embate de ideias não deve levar a constrangimentos, mas que seja um recurso construtivo para todos os envolvidos.

Considerações Finais

As reflexões feitas no presente artigo à luz do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016), das contribuições com as experiências em avaliação participativa, discussões sobre a qualidade na primeira infância e autores que elucidam a importância de vislumbrar uma prática pedagógica embasada nas concepções contemporâneas sobre os bebês, crianças e infância, nos possibilitaram constatar a necessidade de um currículo que contemple o desenvolvimento integral de crianças nas dimensões propostas, na sua indivisibilidade.

Com a aplicação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016), os dados revelaram que o uso do documento potencializa a creche como um

³ A cor verde indica um trabalho consolidado, o amarelo representa a necessidade de uma atenção concentrada e o vermelho alerta para a ausência de ações.

espaço onde os adultos aprendem entre si. Quando a unidade encaminha suas ações no entendimento de que a participação está a serviço da qualidade, mais facilmente os pais sentem-se mobilizados. Aspectos que vão além de estarem presentes na unidade, mas são tomados pela consciência de que suas ações contribuem com a educação de cada bebê e criança no espaço coletivo. Neste cenário, os adultos que respondem às perguntas dos indicadores com comentários sobre as suas próprias percepções, proporciona a outros pais, mesmo desconhecendo a rotina, a possibilidade de conhecer e ter vontade de entender melhor a unidade. Bondioli (2013) ressalta que este espaço reconhecido pelos pais é um lugar de responsabilidade não só pelos próprios filhos, mas pela instituição e pela comunidade, onde se constrói os saberes compartilhados, fruto de um trabalho participativo.

O detalhamento das questões gerou comentários de descrença, inclusive pelo tempo investido em toda aplicação, mas em contrapartida, os participantes reconheceram que oportuniza conhecer o que é feito ou não na creche, a troca de exemplos concretos, no compartilhamento dos conhecimentos sobre a educação, auxiliando-os nas atitudes com os filhos em casa e na unidade, característica que potencializa o documento em momentos de estudo e formação com os professores.

Tais constatações estão garantidas na metodologia do documento norteado por dois princípios: O princípio dos direitos fundamentais das crianças; e o princípio da participação (SÃO PAULO, 2016), desta forma, a unidade dispõe de um instrumento para além de avaliativo, mas um material de uso contínuo por todos os segmentos participantes, legitimando a busca da qualidade em ações que fortaleçam “a possibilidade de construir compartilhando essa responsabilidade” (BONDIOLI, 2013, p. 59).

A metodologia das cores subsidia as respostas dos participantes que atribuem uma cor as perguntas de cada indicador, essa prática não isenta os participantes das discussões, mas os possíveis caminhos ofertados por este processo de atribuição de cores, de fato, dão aos participantes o “empoderamento” para efetivar a sua participação. Levando em conta quaisquer aspectos que impeça a manifestação oral, sendo de cunho individual ou nas relações confusas na própria unidade, as cores agem no momento da discussão como a resposta objetiva para o indicador. Em contrapartida, a cor pode esconder as reais condições, desafio este, atrelado a reconhecer e a validar

que se um indicador é sinalizado com prioridade de atenção, a avaliação deve ser fiel e coerente com as dificuldades expostas, caso contrário, dificulta a ação coletiva em busca de melhoria da qualidade esperada. O encaminhamento da metodologia para atingir os resultados, considera que a “avaliação sincera ajuda a resolver problemas” (MEC, 2009, p.23).

As preocupações expostas neste artigo e ratificada pelas pesquisas em relação à formação dos educadores da primeira infância e em especial de bebês, onde constatou-se a não compreensão dos conceitos relacionados a intencionalidade pedagógica de um currículo que contempla os saberes próprios dos bebês, baseada na escuta, na observação e na transformação do espaço em ambiente e como este interfere de maneira significativa na aprendizagem infantil. Isto vem à tona nos resultados obtidos especificamente na nova dimensão nomeada pelo grupo de trabalho da rede: Participação, escuta e autoria de bebês e crianças.

O uso equivocado da metodologia das cores deflagra a ausência de uma “avaliação sincera” proposta pelo documento nacional (2009), ultrapassando os limites de coerência quando se trata, retomando, de um dos princípios do documento: O princípio dos direitos fundamentais das crianças (SÃO PAULO, 2016). Dito de outra forma, na atribuição da cor para os indicadores desta dimensão, a cor verde prevaleceu em muitas experiências de autoavaliação participativa em creches na rede municipal de São Paulo.

As possibilidades que o documento revela com este instrumento avaliativo, são às discussões coletivas no sentido de reconhecer as lacunas da formação dos professores, que emergem na própria unidade, a partir, por exemplo, dos resultados da autoavaliação de cada realidade, que se propõe com o seu uso a várias formas de utilização. Como sugerido pelos profissionais da rede, o material é importante para reuniões pedagógicas, de pais e de formação. Embora a utilização seja muito recente na educação infantil, as reflexões por parte das equipes das unidades contribuem para constatarem que o “esverdeamento” e a “conspiração do verde” como nomeado por participantes da aplicação, estão chamando a atenção para ações pontuais de mudança e transpor práticas pela via do desvelamento dos não saberes.

Referências bibliográficas:

ANDRÉ, R.C. Creche: **Desafios e Possibilidades. Um olhar para além do Educar e Cuidar**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BONDIOLI, Anna (org.). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella (Org.). **Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos**. Tradução Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: UFPR, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução n. 1, de 7 de Abril de 1999. Brasília: MEC/CEB, 1999.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 26 de dezembro de 1996**. Dispões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> .Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2008. v.2.

BUSNEL, Marie-Claire. **A linguagem dos bebês**. São Paulo: Escuta, 1997.

CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil : cotidiano e políticas**. Campinas: Autores Associados, 2009.

LIMA, Licínio C. **A Escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

NASCIMENTO, A.D. **Autoavaliação institucional participativa: uma experiência em duas creches da Rede Municipal de São Paulo**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação na educação infantil**: aprimorando os olhares. São Paulo: SME / DOT-EI, 2014.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME / DOT-EI, 2016.